

De que Desenvolvimento Regional o Amazonas Precisa?- I

Nilson Pimentel (*)

Com frequência somos abordados por questionamentos que dizem respeito à Ciência da Economia, mas os interlocutores nem sempre tem conhecimento daquilo que questionam, como no caso do Desenvolvimento Econômico Regional (DER), desejam conhecer muito mais daquele tema questionado sem se preocuparem com a variedade de abordagens ou teses já expositadas e percorridas.

Como os economistas sabem o conhecimento da Macroeconomia é amplo e complexo e, é nessa área que o DER se apresenta como um desafio para todos agentes econômicos, tanto na formulação quanto na implementação dos programas e projetos específicos, principalmente em regiões que se encontra em estagnação econômica por longos períodos de tempo.

Haja vista nessa abrangência, que o foco no espaço geográfico territorial municipal que recebem indução de processos de DER difere da abordagem setorial econômica ou dos serviços colocados a disposição da população daquele espaço, sem esse discernimento fatalmente os experimentos poderão concorrer ao fracasso, sem alcançarem seus objetivos.

Por outro lado, o enfoque regional local de DER que possui determinados fatores críticos, ou seja, recursos naturais suficientes para permitir a realização de atividades econômicas produtivas e sociais significativas, de modo que leve em consideração, dentro de limites espaciais, o enfoque quantitativos e qualitativos por parte dos agentes envolvidos.

Visto por essa análise, se pode abranger as questões multidimensionais dos fatores de produção, do emprego, da renda, dos fluxos econômicos, das relações entre zonas urbanas e rurais, em que o DER promove ações mais abrangentes, adequadas e integradas, frente à escassez de recursos, principalmente de capital.

Pois, para os economistas, as diversas políticas macroeconômicas não necessariamente conduzem a um aumento significativo do emprego, da renda ou ao melhoramento das condições de trabalho e da qualidade de vida da sociedade local.

Como se disse, é um desafio e com muitos obstáculos à criação de mecanismos que integrem e interajam as estratégias do Planejamento Econômico aos princípios de DER.

Sem embargo de outras abordagens, a hierarquização das estratégias e as questões setoriais da economia estadual devem se integrar as ações do DER que persistem além de suas implementações, sempre em busca de resultados econômicos.

Além disso, é necessário um sistema de fomento que seja eficaz e desempenhe um papel preponderante, pois, dele depende a criação dos negócios e a atração de investimentos produtivos diretos, nacionais e estrangeiros.

Em geral, processos de DER em conformidade de suas abordagens, são atribuições de governos, no caso do governo estadual amazonense, que se atribui a principal responsabilidade pela elaboração estrutural e implementação de políticas específicas que integrem programas e projetos para o respectivo DER naquele espaço territorial.

No caso do Amazonas, há necessidade de se ater a consciência de abordagens integradas que levem às questões do extrativismo primário predatório, a incipiente produção agrícola, a agricultura familiar e a ausência de produção industrial, consideradas no contexto mais abrangente das estratégias do DER no espaço territorial, dado que os seus impactos econômicos estejam estreitamente relacionados.

Em consequência, como em toda abordagem de DER, o setor primário continua a ser ainda o ponto de partida de qualquer estratégia de desenvolvimento e não o contrário, com raras exceções pontuais.

Assim sendo uma promoção integrada agro-industrial é um fator que fomenta dois setores em indução, pois a atividade econômica agro-industrial estabelece nos dois setores, o mercado de produtos, contribui para a expansão e diversificação de investimentos, concorre para criar postos de trabalho e gera renda regional local.

Os economistas observam que essa abordagem de DER prioriza processos de desenvolvimento interativo convergente, tais como:

- a) capacitação técnica do fator trabalho e integração social básica;
- b) desenvolvimento econômico intersetorial;
- c) infra-estrutura de transportes e comunicações, incluindo estradas, portos, serviços em geral;
- d) criação de um ambiente empresarial favorável e de políticas de promoção de investimentos;
- e) estabelece tendências à participação na política e na governança pública; e
- f) estabelece tendências ao crescimento macroeconômico.

Assim também, no DER os recursos naturais e os potenciais econômicos do território definem a dimensão local de suas estratégias a ser implementado, o que possibilitará as ligações entre as necessidades locais e as estratégias de programas e projetos.

Ao nível municipal será possível avaliar a capacidade técnica dos atores locais, promover e organizar o desenvolvimento econômico e criar mecanismos operacionais para a implementação das políticas estaduais e das estratégias locais de DER, sendo que as estratégias tendem a abranger o Município, integrado a sub-região a que pertence com seu objetivo de desenvolver seu potencial endógeno.

Por outro lado, processos de DER tendem a objetivos estratégicos de melhorar a capacidade administrativa e organizacional dos atores econômicos locais, tanto público quanto privado, demonstrando oportunidades de investimentos através da identificação do potencial de crescimento econômico a curto, médio e longo prazo.

Também, as estratégias de DER possibilitarão a identificação e indicar oportunidades de novos negócios relacionadas com cada tipo de programa ou de projeto.

A implementação dos processos de DER, de seus relacionados programas e projetos dependem de diversos fatores, como:

1. reconhecimento político e social local, que funcionem nos interesses e atendam as necessidades daquele espaço territorial e que seus habitantes acreditem neles;
2. capacitação técnica do fator trabalho que possibilite o atendimento das necessidades da sociedade em conhecimentos nas áreas daqueles programas e projetos;
3. devem ter apoio institucional de fomento, créditos facilitados e mecanismos de contratação organizados com instituições governamentais (de reforço organizacional bem como de assistência técnica), através de participações de empreendimentos conjuntos e de parcerias custo-eficazes.

() Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutorando na UNINI-Mx, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br*